

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EG. TRIBUNAL DE
CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF**

DIRLENE FIEL DOS SANTOS DE SOUZA, devidamente qualificada nos autos do **Processo n.18.894/2007**, vem, respeitosamente, por seu procurador (mandato nos autos), com apoio nos arts. 33, inciso II, e 35 da Lei Complementar n. 001/1994 (arts. 278 e 287 do RI/TCDF), interpor **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, com pedido de efeito modificativo à **Decisão n. 4135/2021**, dada a conhecer ao procurador da embargante por meio do Ofício n. 9199/2021, no mesmo dia em que interposto este recurso.

BREVE E NECESSÁRIA SÍNTESE DOS FATOS DESTE PROCESSO

A ora embargante aviou petição anterior em que requereu reconhecimento e declaração de prescrição nestes autos, a teor do quanto decidido pelo eg. STF (RE 636.886/AL, com repercussão geral reconhecida), no sentido de ser prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão do Tribunal de Contas.

Pontuou-se que a tese fixada (“É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas” – Tema 899 de Repercussão Geral) tem aplicação imediata e automática.

Ademais disso, requereu-se preferência por ser a ora embargante pessoa idosa.

Analisando o petitório, este eg. Tribunal o recebeu como “recurso de revisão” e, com essa compreensão, dele não conheceu alegando “intempestividade na sua apresentação”.

Confira-se passagem específica do voto condutor da Decisão 4135/2021, embargada:

“8. Sem mais delongas, verifico que, como bem anotado pela Unidade Técnica, o presente recurso não pode ser conhecido pelo Tribunal por conta da intempestividade, uma vez que foi manejado mais de 5 (cinco) anos após a Decisão embargada,

não se adequando ao lapso temporal da espécie recursal de prazo mais alargado, que é o recurso de revisão”.

CONTRADIÇÃO I

A Decisão embargada revela contradição com o sentido e quanto posto na petição aviada pela ora embargante, pois, centrada na ocorrência de prescrição, matéria de ordem pública e conhecimento de ofício, que independe de prazo para seu reconhecimento e declaração.

Note-se que o presente processo administrativo ainda está em curso, contando com recursos de revisão de outros jurisdicionados, de modo que o tema pode e deve ser analisado e julgado por este eg. TCDF e, se acatado, deve ser declarado e estendido a todos aqueles que, de qualquer modo, participaram do processado.

De dizer, estando o processo ainda em curso e havendo matéria de ordem pública e conhecimento de ofício, a petição que veiculou a temática deve ser recebida como “petição” e não “recurso”; e a matéria nela veiculada pode e deve ser analisada e julgada, a despeito de qualquer prazo dos procedimentos administrativos deste eg. TCDF.

De fato, sendo matéria de ordem pública e conhecimento de ofício, revela contradição a r. Decisão embargada ao afirmar impedimento de conhecimento por conta de alegado manejo “mais de 5 (cinco) anos após”.

Outro prisma, não se tendo apresentado recurso, mas simples petição veiculadora de matéria de ordem pública e conhecimento de ofício, também revela contradição a r. Decisão embargada ao afirmar impedimento de conhecimento porque o pedido da ora embargante “não se adequaria ao lapso temporal da espécie recursal de prazo mais alargado, que é o recurso de revisão”.

Fato é que, se prescrição é matéria de ordem pública e conhecimento de ofício, então, pode ser debatida em simples petição, a despeito de prazo de interposição de recurso.

Necessário eliminar as contradições apontadas mediante conhecimento e provimento destes declaratórios e esclarecimentos inerentes.

CONTRADIÇÃO II

A despeito da contradição anterior, a Decisão embargada também revela contradição com o disposto no art. 2º, c/c o §1º do art. 1º, da Lei Federal n. 9.784/1999, de aplicação a atos e processos no âmbito da Administração do Distrito

Federal, conforme previsão expressa da Lei Distrital n. 6.037/2017, certo que o eg. TCDF é um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

É que a decisão ora embargada não considerou e respeitou o princípio da segurança jurídica diante de precedentes iguais e semelhantes, envolvendo a ora embargante.

De fato, nos processos TCDF ns. 18.894/2007, 18.932/2007 e 39.510/006, a mesma e ora embargante aviou 03 (três) petições iguais em conteúdo e forma, mas apenas no presente processo proferiu-se decisão afirmando não conhecimento do requerimento sob alegação de intempestividade, conquanto o prazo quinquenal tenha sido ultrapassado em todos os três procedimentos.

Nos Processos TCDF ns. 39.510/2006 e 18.932/2007 proferidas as Decisões ns. 3834/2021 e 3650/2021, respectivamente, conhecendo da petição e admitindo-a, com base no princípio da fungibilidade, como se recurso de revisão fosse (cópias seguem juntas).

O entendimento expressado pela r. Decisão embargada agride o dever de ofertar segurança jurídica ao jurisdicionado, a teor do disposto no caput do art. 2º da Lei n. 9.784/1999, de aplicação no âmbito deste eg. TCDF por força do contido no §1º do art. 1º, da mesma lei federal, que produz efeitos na seara Distrital por imposição da Lei Distrital n. 6.037/2017.

Necessário eliminar a contradição apontada neste tópico mediante conhecimento e provimento destes declaratórios e esclarecimentos inerentes.

OMISSÃO

Tem-se, de igual modo, omissão quanto ao tema veiculado no petitório, que urge manifestação.

De fato, sobre a matéria veiculada na petição interposta pela ora embargante, a d. Decisão embargada nada disse, nada resolveu, nada julgou.

Necessário suprir a omissão apontada mediante conhecimento e provimento destes declaratórios e esclarecimentos próprios.

PEDIDOS

Da eliminação das contradições e supressão da omissão apontadas, por certo se terá alteração do contido na r. Decisão embargada.

Assim exposto, forte no princípio constitucional do devido processo legal, do direito de ampla defesa e nos argumentos articulados, consideradas

a omissão e as contradições apontadas, **REQUER** admissão, conhecimento e provimento destes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, conferindo-lhes efeitos modificativos, para o fim de:

01) conhecer da petição da embargante como “recurso”, a despeito de ultrapassagem do prazo quinquenal, com instrução e julgamento posterior do mérito nos exatos termos das Decisões 3834/2021 (Processo 39.510/2006) e 3650/2021 (Processo n. 18.932/2007), de modo a privilegiar a segurança jurídica; ou,

02) analisar e julgar a “petição” outrora aviada pela embargante como “petição” e não como “recurso”, com análise e julgamento da incidência de prescrição, conforme argumentos jurídicos, naquela, debatidos, afastando-se qualquer alegação de intempestividade diante de matéria de ordem pública e conhecimento de ofício.

Brasília/DF, 08 de novembro de 2021.

ROBSON NEVES FIEL DOS SANTOS
OAB/DF 8.019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5271, de 22/09/2021

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: 18932/2007-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 18932/2007-e

RELATOR : CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

EMENTA : Prestação de contas anual - PCA do Contrato de Gestão nº 01/2002, celebrado entre a então Secretaria de Estado de Coordenação das Administrações Regionais do Distrito Federal - SUCAR e o extinto Instituto Candango de Solidariedade - ICS, referente ao exercício de 2005.

DECISÃO Nº 3650/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Informação nº 222/2021-NUREC; b) do recurso interposto pela Sra. Dirlene Fiel dos Santos de Souza contra a Decisão nº 6.955/2011; II - autorizar: a) a ciência desta deliberação à recorrente, na pessoa de seu representante legal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/2007, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito; b) o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos, para exame de mérito da peça recursal e adoção das demais providências cabíveis. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

SALA DAS SESSÕES, 22 de Setembro de 2021

Sandro Cunha Coelho
Secretário das Sessões Substituto

Paulo Tadeu Vale Da Silva
Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5272, de 29/09/2021

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: 39510/2006-e
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 39510/2006-e

RELATOR : CONSELHEIRO MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO


EMENTA : Prestação de contas do Contrato de Gestão nº 01/2001, celebrado entre a então Secretaria de Estado de Solidariedade - SESOL e o Instituto Candango de Solidariedade - ICS, relativa ao exercício de 2004.

DECISÃO Nº 3834/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Informação nº 225/2021 - NUREC; b) da peça apresentada pela Sra. Dirlene Fiel dos Santos de Souza em face da Decisão nº 6.015/10 (peça 103, e-DOC 5B3E63B5-e), admitindo-a, com base no princípio da fungibilidade, como se recurso de revisão fosse; II - autorizar: a) a ciência desta decisão à recorrente, na pessoa de seu representante legal, informando-lhe que o recurso ainda carece de análise de mérito; b) o retorno dos autos ao Núcleo de Recursos, para exame de mérito da peça recursal e demais providências cabíveis. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

SALA DAS SESSÕES, 29 de Setembro de 2021


João Batista Pereira De Souza
Secretário das Sessões


Paulo Tadeu Vale Da Silva
Presidente